

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIANO
CAMPUS MORRINHOS**

MIRIANE ROSA DA SILVA

**UMA PROPOSTA PARA A ABORDAGEM DO “DIFERENTE” EM
SALA DE AULA POR MEIO DA LITERATURA INFANTIL**

MORRINHOS – GO

2019

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIANO
CAMPUS MORRINHOS**

MIRIANE ROSA DA SILVA

**UMA PROPOSTA PARA A ABORDAGEM DO “DIFERENTE” EM
SALA DE AULA POR MEIO DA LITERATURA INFANTIL**

Monografia, apresentada ao Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos como requisito para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Dr. Ronaldo Elias Borges

MORRINHOS – GO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

S586p Silva, Miriane Rosa da.

Uma proposta para a abordagem do diferente em sala de aula por meio da literatura Infantil. / Miriane Rosa da Silva. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019.

40 f.

Orientador: Dr. Ronaldo Elias Borges.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Licenciatura em Pedagogia, 2019.

I. Pluralidade Cultural. 2. Diversidade de ensino. 3. Literatura Infantil. I. Borges, Ronaldo Elias. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU 37:82

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Morgana Guimarães, CRB1/2837



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional | Tipo: |

Nome Completo do Autor: **MIRIANE ROSA DA SILVA**

Matrícula: **2015104221310300**

Título do Trabalho: **UMA PROPOSTA PARA A ABORDAGEM DO "DIFERENTE" EM SALA DE AULA POR MEIO DA LITERATURA INFANTIL**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: __/__/__

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Miranhe (Go) 19, 8, 19
Local Data

Miriane Rosa da Silva
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Ronaldo Elias Borg
Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS MORRINHOS
Curso de Pedagogia
Coordenação de Trabalho de Curso

Anexo 09

ATA DA DEFESA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO – TC

No dia 16 de agosto de 2019, às 13h, nas dependências do Instituto Federal Goiano, Campus Morrinhos, ocorreu a banca de defesa do Trabalho de Curso (TC) intitulado: Uma proposta para a abordagem do “diferente” em sala de aula por meio da literatura infantil da Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia Miriane Rosa da Silva, desenvolvido sob a orientação do(a) professor(a) Dr. Ronaldo Elias Borges. A banca de avaliação foi composta pelos (as) professores (as) Ma. Ilma Célia de Paiva Moura e Dr. Sidney de Souza Silva.

A média obtida foi 7,7 (sete pontos e sete décimos) pontos, sendo considerado (a) o (a) Acadêmico (a):

- aprovado(a) sem ressalvas.
 aprovado(a) com ressalvas.
 reprovado(a).
 reprovado(a) por não comparecer.

Morrinhos, 16 de agosto de 2019

Professor (a) Orientador (a)³

Professor (a) Coorientador (a)³

Avaliador (a) 1 da Banca de Avaliação

Avaliador (a) 2 da Banca de Avaliação

MIRIANE ROSA DA SILVA

**UMA PROPOSTA PARA A ABORDAGEM DO “DIFERENTE” EM
SALA DE AULA POR MEIO DA LITERATURA INFANTIL**

Monografia defendida no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, aprovada em 16 de agosto de 2019, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Ronaldo Elias Borges – IF Goiano – Campus Morrinhos
Presidente da Banca

Prof. Dr. Sidney de Souza Silva – IF Goiano – Campus Hidrolândia
Membro

Prof.^a Ma. Ilma Célia de Paiva Moura – IF Goiano – Campus Morrinhos
Membro

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Jales Luciano da silva e Elizângela Rosa dos Santos, ao meu esposo Warley Oliveira Costa, ao meu príncipe Artur Rosa Oliveira e aos meus professores que contribuíram para essa formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ter me dado forças e não ter desistido quando eu estava com problemas, e me guiando com sabedoria até o final.

Ao meu querido pai Jales Luciano da Silva e a minha mãe Elizângela que sempre acreditaram no meu potencial e sempre estiveram ao meu lado.

Ao meu esposo Warley Oliveira Costa que sempre teve muita paciência comigo, com noites e noites em claro estudando e sempre me ajudando e apoiando.

Aos meus familiares que sempre acreditaram em mim, o que me motivava ainda mais a sempre seguir em frente.

As minhas amigas Cristina e Fernanda que, abaixo de Deus, não me deixaram desistir e sempre me motivaram. Amo vocês!

Por fim, ao meu querido amigo e orientador, Prof. Dr. Ronaldo Elias Borges por ter tido paciência e me acolhido nesse trabalho de conclusão de curso, o meu muito obrigada.

RESUMO

Este estudo visa destacar a existência de textos infantis que abordam a questão do “diferente” ou da pluralidade/diversidade cultural. Além disso, apresenta uma proposta para o trabalho dessa temática, em sala de aula, a partir da exploração de textos da literatura infantil. Para isso, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico em que foram analisadas diretrizes oficiais para esse ensino da questão, principalmente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Comum Curricular (BNCC). A pesquisa permitiu verificar que a literatura infantil, na atualidade, tem apresentado textos em que a temática da diversidade se faz presente. Portanto, esse segmento da literatura mostrou-se como instrumento válido para o trabalho, em sala de aula, com questões sobre a pluralidade/diversidade cultural, uma vez que contribui para que os futuros cidadãos desenvolvam valores necessários ao combate à discriminação e ao preconceito. A pesquisa apresenta, no primeiro capítulo um estudo das Diretrizes Oficiais para a abordagem da pluralidade e a diversidade cultural; no segundo, explora-se o conceito e uma rápida trajetória da literatura infantil e, no último capítulo, são analisados alguns textos literários infantis em que a pluralidade/diversidade cultural serviram como temática para a construção das histórias infantis. A partir dessa análise, são apresentadas algumas propostas de atividades para esse ensino.

Palavras-chave: Pluralidade cultural. Diversidade. Ensino. Literatura Infantil.

ABSTRACT

Seeking to explain the importance of a proposal for the teaching of cultural plurality through children's literature, this study was based on a literature search, which through articles authors of national and international literature, and also work with the National Curriculum Parameters (PCNs), and the Common Curriculum Base (BNCC), provides a greater understanding of the theme. The study in question obtained results with the study of literature, through its conceptualization, its origin and how it is currently, taking into account the PCNs and the BNCC. Currently there has been an appreciation of diversity, which makes one think of cultural plurality through children's literature, because providing such knowledge since childhood contributes to future citizens have more positive values, reducing discrimination. Therefore, to propose a plurality and cultural diversity for teaching through children's literature is to bring an appreciation of the existing diversity in a society, mainly the Brazilian one. The first chapter presented a study of the Official Guidelines for the treatment of plurality and cultural diversity, focusing on the PCNs and the BNCC; the second chapter dedicated to addressing children's literature, containing on its conceptualization, its origin both in Europe and Brazil and about it today, and the last chapter presented plurality and cultural diversity in literary texts, containing proposals for activities with some children's literary texts.

Keywords: Cultural plurality. Diversity. Teaching. children's literature.

O reflexo de tal desigualdade entre grupos sociais está nitidamente visível na história da educação, que mostra como as escolas foram pensadas e desenhadas para um pequeno grupo de privilegiados social, econômica, política e culturalmente (RIVERO, 2000; DELORS, 2000; REICH, 1997). Ou seja, sua estrutura, funcionamento, metodologias de ensino e currículo, principalmente, ao longo de séculos asseguraram a perpetuação da desigualdade social. (FERREIRA, 2014, p. 77).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	39
1. DIRETRIZES OFICIAIS PARA A ABRODAGEM DA PLURALIDADE E A DIVERSIDADE CULTURAL.....	16
1.1 PCNs.....	15
1.2 BNCC	19
2. LITERATURA INFANTIL.....	22
2.1 No Brasil.....	25
2.2 A Atualidade.....	28
3. A REPRESENTAÇÃO DO “DIFERENTE” NOS TEXTOS LITERÁRIOS INFANTIS	30
3.1. O cabelo de Lelê.....	33
3.1.1 Proposta para atividade, em sala de aula, com o texto.....	32
3.2. Meu amigo Down, na escola.....	34
3.2.1 Proposta para atividade, em sala de aula, com o texto.....	33
3.3. Rodrigo enxerga tudo	35
3.3.1 Proposta para atividade, em sala de aula, com o texto.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

Vários fatores sociais têm obrigado as pessoas a tolerar e a respeitar, cada vez mais, as diferenças e a diversidade humana e cultural. Graças a isso, questões étnico-culturais e direitos dos adolescentes, idosos, mulheres e crianças e dos grupos e/ou minorias que sempre estiveram à margem da sociedade bem como o grupo dos portadores como os portadores de deficiências físicas e mentais ganhou novos tratamentos sociais. Por força de lei, as conquistas recentes dos vários grupos sociais, antes desmerecidos, em relação ao monolítico grupo formado por homens, brancos, heterossexuais e ricos, começam a ser colocadas em prática ainda que timidamente às custa de alguns escândalos, denúncias e muitos embates políticos e sociais.

Se para os adultos, a questão é delicada, como ficam as crianças em meio a tantas controvérsias? Afinal, as crianças não compreendem bem a estrutura social, os interesses econômicos e políticos e ignoram essas diferenças. Elas aprendem a ser preconceituosas, já dizia Nelson Mandela. Não é uma condição humana nascer com esse olhar discriminatório. Trata-se de algo cultivado socialmente. É um comportamento ensinado dentro de casa e depois nos grupos sociais com os quais elas têm contato: escolas, igrejas, creches, amigos, familiares mais distantes, enfim, no convívio social. O mundo infantil desconhece critérios de valores sociais e tampouco conhece às hierarquias. Na verdade, as crianças são contaminadas por tais julgamentos de valores em medida se desenvolvem e entram em contato com o mundo adulto, esse sim repleto de (pré) conceitos e instrumentos/ações discriminatórias.

Graças a tais conquistas, é possível notar, ainda que com ressalvas necessárias, um processo social de inclusão das diferenças instauradas em nosso país. Mesmo calcado na hipocrisia e no preconceito, eles são explicáveis considerando a formação sócio-histórica e cultural de nosso país, tal movimento tem se tornado cada vez mais real entre os brasileiros. Longe da perfeição ou mesmo dos níveis encontrados em alguns países desenvolvidos e ricos, pode-se afirmar que o Brasil de hoje é um país um pouco mais, ainda que muito aquém do necessário, consciente em relação a questões que envolvam grupos vulneráveis como mulheres, negros, idosos, crianças, adolescentes, homossexuais e deficientes físicos e mentais.

Fruto desse processo, é plausível afirmar que a sociedade brasileira tem demonstrado maior sensibilidade em relação à questão da diversidade humana e, por isso, percebem-se iniciativas de sucesso no sentido de educar a futura geração de cidadãos para a

convivência social respeitosa com o diferente (étnico, cultural, sexual, físico e mental). Esse processo não poderia ocorrer desvinculado da Educação. Assim, surgiram diretrizes e normativas específicas para que na formação básica incluída em suas discussões e currículos tão importante questão. É o que se percebe nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação infantil (1995), nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (1997) ou os PCNs, nos Referenciais Curriculares para o Ensino Médio (1998) e nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2011).

Nos documentos que norteiam o Ensino Fundamental, especificamente falando sobre a diversidade humana, notadamente em sua perspectiva cultural, é importante destacar a abordagem que os PCNs denominaram de “pluralidade cultural” e que, uma década depois, o governo federal reviu e complementaram por meio da coleção Indagações Curriculares (2007). Essa diretriz complementar foi dividida em cinco volumes, propõe uma reflexão e discussão a respeito do desenvolvimento humano, direitos de educandos e de educadores, do conhecimento à cultura, à diversidade e à avaliação, levando em consideração a importância do acesso aos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

Em razão de o termo “diversidade” ainda suscitar discussões acadêmicas e interpretações diversas e englobar uma gama muito extensa de significados, dependendo da perspectiva teórica, a partir da qual é utilizado e cômico de que a pluralidade cultural abrange – ainda que em parte – tal conceito, sem limitar-se a ele, neste trabalho, no intuito de abarcar três elementos (pluralidade cultural, diversidade biológica e cultural humanas e portadores de deficiências físicas e mentais) adotaremos, a terminologia “abordagem do diferente”. Nesta pesquisa, não abordaremos questões de gêneros sexuais. Nosso objetivo é propor a utilização da literatura infantil como instrumento para a abordagem de questões inclusivas que envolvam a pluralidade cultural e mostrar como os portadores de deficiências físicas e/ou mentais são representados nas obras analisadas.

Alguns estudos abordam a questão por meio da abordagem de temáticas que envolvem processos de inclusão social. Apesar de discutirmos uma forma específica de inclusão – a dos deficientes físicos e mentais – compreendemos esse conceito de forma mais abrangente e, por esse motivo, limitaremos a nomenclatura a “abordagem do diferente”, ou seja, daquele que apresente características físicas e/ou mentais diferenciadas em relação à maioria das crianças e que, por essa razão, despertem sentimentos diversos (desde a curiosidade à não aceitação) nos colegas de sala. Dentre outros, estamos nos referindo aos

cadeirantes, cegos, surdos, portadores de síndromes como a de down e o autismo, por exemplo.

Essas pessoas têm direitos e merecem ser incluídas na sociedade de forma análoga aos demais seres humanos e, para isso, as fases da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental são o momento mais propício para que se promover tal inserção no mundo escolar. Apesar disso, como sabemos não se trata de uma tarefa fácil, uma vez que são necessários instrumentos adequados e formação específica dos profissionais que atuem nesse nível de ensino para que tal operação seja exitosa. Nesse sentido, entram em cena os documentos oficiais que balizam a abordagem dessa temática e o desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas capazes de propiciar a inclusão nas escolas brasileiras.

Além de todos esses princípios norteadores, entendemos que um instrumento valioso para a abordagem da questão tem sido analisado por quase todos os profissionais da área: a literatura infantil. Isso ocorre segundo nossa hipótese, em virtude do desconhecimento, por parte desses profissionais, das produções recentes que trazem como personagens crianças que representem esse “diferente”. É o caso de crianças negras e de portadoras de deficiências que demonstraremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Este estudo se propõe a contribuir nesse sentido, primeiro analisando as questões legais que deveriam reger atividades didático-pedagógicas voltadas para a abordagem das “diferenças humanas” ou do “diferente” em sala de aula promovendo a inclusão desses seres humanos depois por apresentar a literatura infantil e algumas de suas peculiaridades para, finalmente, propor a utilização de textos da literatura infantil no intuito de fomentar ludicamente práticas didático-pedagógicas lúdicas, prazerosas e enriquecedoras para a formação humanística de nossos alunos.

A escolha desse tema ocorreu devido à necessidade de esclarecer o quão é importante tratar, por meio de livros literários infantis, o “diferente” em sala de aula por meio de propostas capazes de desconstruir (pré) conceitos e/ou de oferecer um olhar mais humano e sensível às crianças em relação ao respeito às diferenças desde cedo, estimulando a construção de valores positivos nesses indivíduos que se encontram na fase de formação inicial.

Com isso, pretendemos desconstruir noções equivocadas e que vem sendo transmitidas há gerações em relação às várias modalidades de preconceito social, particularmente, no que diz respeito aceitação do “diferente”. Ensinar, por exemplo, que tal

diferença é a maior riqueza de nossa nação e que, apesar dessas características individuais e, às vezes, necessidades especiais, a deficiência física não impede necessariamente um ser humano de trabalhar, muito menos de ter uma vida social. Muito menos de estudar – ainda que ele/ela tenha um ritmo de aprendizagem diferente ou de produzir e de fazer parte da sociedade em que vive, principalmente porque ele/ela faz parte dessa sociedade. Nesse sentido, destacamos a importância de alguns textos literários infantis que demonstram isso, em linguagem acessível às crianças e de forma lúdica e interessante, razão pela qual insistimos em sua extrema validade para e na formação infantil.

Qual é a importância de uma proposta para a abordagem do “diferente” por meio da literatura infantil? A suposição para o questionamento anterior pode ser assim compreendida: essa abordagem, por meio da literatura infantil, consegue mostrar com a naturalidade devida, para essas crianças, que não existe apenas um tipo de “pessoa” e que as sociedades e os grupos sociais são compostos a partir da existência de singularidades, de diferenças mais diversas entre as formas com que os seres humanos vivem suas vidas, com ou sem limitações. Portanto, despertar a consciência em relação a essa constatação do “diferente” desde a infância, será fator decisivo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dadas as características de nossa investigação, optamos por uma pesquisa de cunho bibliográfico em que buscamos efetuar um levantamento sucinto de fontes capazes de embasar nossas análises cientificamente. Além de textos específicos sobre a literatura infantil como *o cabelo de Lelé*, *Meu amigo Down*, *na escola* e *Rodrigo enxerga tudo*, priorizamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Comum Curricular (BNCC) como diretrizes oficiais para a abordagem do assunto.

Assim, por uma questão didática, optamos por iniciar pela análise das diretrizes oficiais para a abordagem, nas instituições de ensino, da pluralidade e a diversidade cultural, analisando sucintamente os PCNs e a BNCC; o segundo capítulo visa esclarecer o que deve ser compreendido como literatura infantil e apresentar o desenvolvimento desse ramo especial da Literatura. Para isso, demonstraremos – ainda que sucintamente - uma trajetória percorrida desde a origem europeia, sua consolidação em nosso país no início do século XX e suas transformações até a produção atual, destacando que nessa fase surgem textos em que representações do “diferente” ganham força e a temática se faz presente apontando para uma didática voltada para a inclusão social do diferente, objeto específico de nossa atenção neste

estudo. Por fim, no último capítulo, analisaremos três textos literários infantis em que a representação do “diferente” ocorre por meio da inserção de personagens infantis e de situações em que são demonstradas realidades de inclusão social de pessoas deficientes e a valorização da cultura e da identidade negra. A partir dessas análises, também temos a intenção de oferecer algumas propostas de atividades para o trabalho em salas de aula da educação infantil, assinalando como é possível e válido utilizar a literatura em sala de aula para a abordagem do “diferente”.

1. DIRETRIZES OFICIAIS PARA A ABORDAGEM DO “DIFERENTE” EM SALA DE AULA

1.1 PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são documentos elaborados na segunda metade da década de 1990 por um grupo de especialistas da área da Educação ligados ao Ministério da Educação (MEC), sendo seu objetivo orientar a construção de um currículo nacional com “conteúdos mínimos” capazes de promover, nos moldes da Constituição Federal, em seu artigo 210º, a formação básica comum.

Os PCNs foram criados em a partir também da obrigatoriedade estabelecida pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 9º, segundo a qual o Estado tem por incumbência estabelecer diretrizes e competências aptas a assegurar tal formação básica comum aos cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, o de garantir aos estudantes uma educação básica de qualidade, os PCNs fornecem condições e limites de funcionamento para os currículos na escola, visando delinear referências e propostas curriculares para todas as instituições de ensino do país. Tais documentos norteiam o estabelecimento de conteúdos mínimos a serem ministrados em cada disciplina.

Conforme tais parâmetros, seu estabelecimento responde a uma necessidade do sistema educacional e visa à promoção de igualdade social. É o que se observa no fragmento a seguir:

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente **igualdade de direitos entre os cidadãos**, baseado nos princípios democráticos. (BRASIL, 1997, p.13, grifo nosso)

No primeiro volume dos PCNs, são abordadas especificidades curriculares da disciplina da Língua Portuguesa. Nesse texto, são destacadas a literatura e a linguagem. Ou

seja, eles os mesmos envolvem a interdisciplinaridade, o que faz com que o ensino seja voltado para o exercício da cidadania, que por sua vez, faz com que se pense na pluralidade cultural, devido à riqueza de diversidades existentes no Brasil.

A literatura não é cópia do real, nem puro exercício de linguagem, tampouco mera fantasia que se asilou dos sentidos do mundo e da história dos homens. Se tomada como uma maneira particular de compor o conhecimento, é necessário reconhecer que sua relação com o real é indireta (BRASIL, 1997b, p. 23).

O Brasil, em razão de seu processo histórico, de sua extensão territorial e do estabelecimento de fronteiras com outros países apresenta considerável diversidade étnica e cultural. Porém seus habitantes ainda possuem sérias dificuldades para lidar com o outro em diferentes circunstâncias. Tal situação reflete no ambiente escolar, gerando bullying e diversos outros conflitos que dificultam lidar com a situação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante PCNs, discutem a questão e apontam diretrizes para se trabalhar com a Pluralidade Cultural e Orientação Sexual em sala de aula.

A diversidade na sala de aula é uma questão tão importante quanto as disciplinas, pode-se considerar uma parte integrada de forma indissociável, considerando as particularidades de cada indivíduo. Tal assunto, geralmente é ignorado pelos professores, mas deve ser integrado à realidade cotidiana das salas de aula por meio de sequências didáticas e projetos.

O entrelaçamento com os demais temas transversais será crucial no tratamento dos direitos individuais básicos, nas relações de gênero, no campo da saúde, na questão ambiental, assim como a transversalidade com História, Geografia e Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, o tema da Pluralidade Cultural oferece exemplos freqüentemente imediatos de como o cumprimento de direitos é fundamental para todos. A criança poderá, por exemplo, ter uma introdução aos direitos culturais, aos direitos dos povos indígenas e das minorias nacionais ou étnicas, lingüísticas, culturais ou religiosas. (BRASIL, 1997. p.53).

É muito comum que os seres humanos, diante do “diferente” ou daquilo que se convencionou rotular dessa forma, recuem e procurem se afastar. Contudo, se a temática da diversidade for abordada na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o aluno será capaz de distinguir a diversidade cultural da desigualdade social. A cultura é algo que se produz ao longo do tempo, através das ações, da organização da vida social e política.

Em uma proposta curricular voltada para a cidadania, o tema da Pluralidade Cultural ganha especial significado ao propiciar elementos para que a criança estabeleça relações entre o equilíbrio democrático, a consolidação do pleno cumprimento de direitos, a coexistência de diferentes grupos e comunidades étnicas e culturais, e sua própria vida. A organização social dos grupos humanos inclui organizações políticas diversificadas, caracterizadas pelos fundamentos dados pela visão de mundo de cada grupo. Estruturam-se, assim, diferentes tipos de liderança e coordenação, diferentes mecanismos de participação e comunicação. Introduzir essa noção de que diferentes grupos étnicos e culturais têm organizações políticas internas próprias, diferenciadas entre si, será conteúdo a transversalizar com História, ao tratar, por exemplo, da vida nas aldeias indígenas, ou dos processos de chegada e integração dos imigrantes em território nacional.” (BRASIL, 1997. p.53).

Fatores como: preconceito social, racial, étnico, violência infantil, exploração do trabalho de menores, violação dos direitos humanos, a luta diária no cotidiano para responder às situações precárias de desamparo e risco, dentre outros, exemplificam que vivemos assolados por entraves que dificultam a participação e a integração da criança ao ambiente escolar. Muitas vezes o aluno não consegue nem chegar à escola, pela falta de transporte, uniforme escolar, materiais escolares e outros elementos que impedem a integração nesse ambiente.

Uma vez matriculado, surgem novos elementos que podem se tornar verdadeiros obstáculos a sua integração àquele ambiente, aos colegas, aos professores e aos demais funcionários daquele local.

Espera-se que o aluno saiba que a nação brasileira comporta a existência de diferentes grupos sociais — cada um com suas singularidades — e eles próprios têm histórias e um modo de vida específico. Espera-se também que relacione a isso o conhecimento de diferentes formas de habitação, de organização espacial, de vestimenta e outros itens da vida cotidiana, assim como de expressões culturais diversas, e compreenda que diferentes grupos humanos produzem diferentes formas de organização político-social e econômica a que correspondem diferentes modos de organizar o trabalho e a produção de conhecimentos. (BRASIL, 1997. p.59).

Implementar a pluralidade cultural dentro da sala de aula, não é apenas aplicar conteúdos que se encontram nos PCN, vai muito além de apenas pincelar o conteúdo em sala

de aula por ser algo obrigatório nos conteúdos escolares, devido tal tema ser voltado para o conhecimento do próprio indivíduo e dos outros que ele convive ou possa vir a conviver.

O tema pluralidade cultural permite que os alunos conheçam suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos (Brasil, 1998, p. 137). Com esse conhecimento, os aprendizes passam a ter compreensão de seu próprio valor, o que promove sua autoestima como ser humano pleno de dignidade, contribuindo na formação de autodefesas e expectativas que lhes poderiam ser prejudiciais e ainda no desenvolvimento de atitudes de repúdio a práticas de discriminação e preconceito. (FERREIRA, DELÁCIO, 2016, p. 234)

Nessa perspectiva, apresentar a pluralidade cultural, em sala de aula, por meio da literatura, não é apenas alfabetizar o aluno. Trata-se de letrar esse aprendiz, criando novos conhecimentos sobre o mundo que o cerca e fazer com que ele (re) conheça a si mesmo. Busca-se formar um cidadão, pois tal temática a princípio pode aparentar ser de menor relevância em relação aos outros conteúdos que são ensinados em sala de aula. Todavia, ao refletir-se sobre tal questão, percebe-se que existe uma interdisciplinaridade promovendo o conhecimento em outras disciplinas.

1.2 Base Nacional Comum Curricular

Nos meados dos anos 1990 a LDB estabeleceu a criação dos PCNs destinados ao Ensino Fundamental e Médio, não sendo nem a primeira nem a última medida elaborada pelo governo com esse fim. Posteriormente, através do programa Currículo em Movimento incluiu-se uma proposta para o desenvolvimento de uma grade que contemple a Educação Infantil.

A iniciativa da construção dos Parâmetros gerou críticas devido à forma de sua elaboração e por não ter tido a participação das escolas na escolha de seu conteúdo. Portanto, o Plano Nacional de Educação iniciou a discussão da construção de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a qual passou a ser discutida em 2015.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens

essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2016, p. 7).

Após a análise dos PCNs e da BNCC, nota-se que os Parâmetros trazem orientações mais generalizadas, uma vez que a Base especifica um pouco mais ao apresentar conteúdos curriculares que devem ser ministrados em cada anos e/ou nível escolar, auxiliando o docente em seu planejamento de atividades e escolha de metodologias de ensino e projetos a serem aplicados no intuito de atingir aqueles objetivos traçados.

O documento introdutório da BNCC exhibe subsídios às propostas curriculares, expondo a preocupação com especificidades das escolas brasileiras, ou seja, não desconsiderando as concepções de ensino e educação presentes nas escolas.

Em um país como o Brasil, com autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, a busca por equidade na educação demanda currículos diferenciados e adequados a cada sistema, rede e instituição escolar. Por isso, nesse contexto, não cabe a proposição de um currículo nacional. (BRASIL, 2016, p.10)

Visto que nenhum currículo é neutro e que abordar em seus conteúdos sobre as diversidades culturais pode-se trazer discussões sobre os conhecimentos escolares voltados para as relações sociais, contribuindo para a construção de valores e identidades.

A BNCC explícita seu compromisso com a educação de maneira integral, não formando sujeitos pelas metades, isto é, indivíduos sem valores e identidades culturais, mas sim se preocupando com suas competências na amplitude da palavra cognitiva, física e emocional e cultural. A BNCC explícita em seu texto que:

A BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. (BRASIL, 2016. p.18)

Na atualidade, ao invés de o aluno se adequar ao currículo, este imerge de encontro com a realidade daquele, respeitando e valorizando seu lugar de origem, ou seja:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. (BRASIL, 2016, p. 19).

Nota-se que muitas vezes os interesses financeiros e econômicos escondem os verdadeiros desejos da escola, portanto não se deve apenas levar em consideração ao currículo pronto, a escola deve passar aquilo que é próprio de sua realidade.

Discutir o currículo Nacional como forma do que se deve esperar da escola, principalmente em relação à qualidade é de suma importância, principalmente para delinear o trabalho docente. Todavia, são documentos que visam uniformizar o currículo, cabendo às instituições escolares averiguar o que deve ser passado dentro de sala de aula segundo sua realidade, além de mostrar as diversidades existentes no Brasil.

Os documentos que vigoravam antes da BNCC eram os PCNs que utilizavam a pluralidade cultural em uma ótica mais democrática de cunho nacionalista, como uma garantia de “voz ativa” em meio à sociedade opressora, a cidadania era explorada através do conhecimento do aluno acerca dos documentos como: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente e Constituição Federal.

Portanto, os documentos atuais mostram o caminho a delinear dentro de sala de aula, ou seja, como o docente pode trabalhar a pluralidade cultural dentro da sala de aula, sendo uma destas propostas a literatura, que é de caráter interdisciplinar, não envolvendo apenas a língua portuguesa como alguns acreditam que seja.

2. LITERATURA INFANTIL

Abordar o tema literatura infantil é, de certa maneira, associar uma determinada categoria de texto com as práticas pedagógicas que foram se instituindo na educação, em especial logo depois da segunda metade do século XIX. Desse modo, os livros encontrados sobre o assunto buscam teorizar este, questionando assim, se a literatura infantil é mecanismo pedagógico ou é arte. (FILHO et al., 2011, p. 12).

Literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, à arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização [...] (COELHO, 2000, p. 9).

Ao buscarmos uma origem para a literatura infantil, descobrimos que no século XVII floresceram os primeiros livros voltados para crianças na Europa. Tal fato se deu em razão de profundas transformações sociais e econômicas pelas quais aquele continente passou. O sistema educacional burguês foi desenvolvido. Antes dessa fase, as crianças eram vistas como “adultos em miniatura”, interagindo desde a tenra idade da vida adulta.

Naquele momento, não havia livros ou histórias especificamente voltados para crianças, muito menos o uso do termo literatura infantil na acepção que o conhecemos hoje. Os primeiros livros, escritos por pedagogos e professores, apresentavam caráter eminentemente didático e já ocupava, naquela época, a condição de um instrumento auxiliar para o ensino (religioso). Tratavam-se das histórias das vidas dos santos.

Como resultado desse processo, naturalmente, o didatismo e o conservadorismo (a escola, que por fim, costuma ser usada como ambiente na transmissão dos valores vigentes) necessitavam serem considerados segmentos estruturais, por assim dizer, da chamada literatura para crianças (AZEVEDO, 2001, p. 1).

O termo literatura infantil passou a ser empregado para se referir ao grupo de publicações em que seus conteúdos tenham formas jocosas ou didáticas, ou ambas, e que sejam voltadas ao público infantil. Contudo, especialistas discordam de tal versão, alegando consistir em uma conceituação limitada, devido à existência anteriormente de livros e revistas

infantis, atuante na tradição oral, passando a expressão da cultura de um povo de geração em geração (ARROYO, 1990, p. 5).

A criança deveria, desde o nascimento, ser estimulada à leitura e estar acompanhada de textos da Literatura Infantil. Isso auxiliaria em seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. A literatura é capaz de abrir margem para os mundos possíveis da imaginação e, com isso, propiciar momentos de prazer e de instrução. Nesse sentido, o papel do professor enquanto mediador é fundamental e segundo Azevedo (2014, p. 3), tal processo se reverte em ganho para a criança “favorecendo as práticas e incentivando o leitor a refletir, contribuindo para um objeto fundamental do conhecimento para o homem, da sua cultura e sistemas ideológicos”.

De acordo com Arendt (2005, p. 37), ler é uma ação que envolve a capacidade de interação e criação de diálogo entre o leitor com texto, o autor, e o mundo. Por meio da leitura literária e concebível analisar, refletir, questionar e comparar e por fim formar um leitor e sujeito crítico e reflexivo, pois a leitura dos textos literários é um mecanismo para o desenvolvimento de determinados saberes.

O vínculo entre a literatura e a escola começa desde a distribuição de obras impressas categoricamente para o consumo infantil. Dessa forma, aciona-se um mecanismo que coloca a literatura, de um lado, como mediador entre a criança e a sociedade de consumo que se posiciona aos poucos; e, de outro, como partidária da ação da escola, a quem precisa incentivar e estimular como condição de viabilizar sua própria circulação (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 17).

Nesse sentido, ressalta-se o papel ativo do educador como esse mediador criativo que estimula a leitura e o consumo de obras infantis:

[...] a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Por isso, o educador deve adotar uma postura criativa que estimule o desenvolvimento integral da criança. (ZILBERMAN, 2003, p.16).

A literatura infantil é imprescindível no processo de ensino/aprendizagem de crianças, especialmente quando levamos em relevância a leitura da escrita. Segundo Silva (2010), “o ato de ler e ouvir histórias possibilita à criança expandir seu campo de conhecimento, tanto na língua escrita, quanto na oralidade”.

Contar histórias é uma tradição milenar e hereditária desde a época em que não havia televisão, rádio, internet, etc. A mente era estimulada através das narrações feitas de um povo para outro, além de abordar nossos dilemas psicológicos situações cotidianas e sentimentos como: medo, alegria, perdas, angústias, etc. É uma forma de traduzir o mundo e preparar nossas crianças para que consigam realizar sua leitura sobre a realidade que as cerca.

O desenvolvimento de interesses e hábitos de leitura é um processo constante, que principia no lar, aperfeiçoa-se sistematicamente na escola e continua pela vida afora através das influências da atmosfera cultural geral e dos esforços conscientes da educação e bibliotecas públicas (BAMBERGER, 2000, p.43).

Durante o classicismo francês, no século XVII, as histórias escritas foram associadas como literatura, classificadas apropriadas à infância: *as Fábulas*, de La Fontaine, editadas entre 1668 e 1694, *As aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, lançadas após sua morte, em 1717, e os *Contos da Mamãe Gansa*, cujo título original era Histórias ou narrativas do tempo passado com moralidades, que Charles Perrault publicou em 1697. Este livro em destaque trouxe consigo uma situação curiosa que evidencia o caráter ambivalente do gênero no seu surgimento. Charles Perrault, personalidade já então importante nos ambientes intelectuais franceses, destinou a autoria da obra a seu filho mais jovem, o adolescente Pierre Darmancourt; e dedicou a delfim da França, país que, se encontrava governada por um príncipe regente, pois encargo de rei estava uma criança (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 14).

Esses períodos inequívocos marcam a literatura infantil desse período. Apesar de as primeiras obras terem submergido na aristocrática sociedade do classicismo francês, sua manifestação real ocorreu na Inglaterra, país que, de grande potência comercial e marítima, avança diretamente para a industrialização, pois disponibilizava de matérias-primas necessárias (carvão, encontrados nas ilhas britânicas, e algodão, importado das colônias americanas), devido à expansão na Europa e Novo Mundo contava com um mercado consumidor, além de dispor da marinha mais respeitada da época. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 17).

O século XIX para literatura infantil começou pela repetição dos caminhos bem-sucedidos: os irmãos Grimm, em 1812, editavam a coleção de contos de fadas (que até hoje são usados) que, dado a conquista obtida, converte-se, de certa forma, em sinônimo de

literatura para crianças. Em virtude desses fatos, esta define com grande segurança as categorias de livros que agradavam mais aos leitores e estabelece assim, as principais linhas de ação: em primeiro lugar, a predileção por histórias fantasiosas, exemplo integrado sucessivamente por Hans Christian Andersen, nos seus *Contos* (1833), Lewis Carroll, na obra *Alice no país das maravilhas* (1863), Collodi, também em *Pinóquio* (1883), e James Barrie, em *Peter Pan* (1911), entre os mais renomados (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 19).

Confirmada como parcela significativa da produção literária da sociedade burguesa e capitalista, a literatura infantil, nos meados do século XIX, os autores dispõem de um perfil definido, garantindo sua atração e continuidade. Por isso, o início da edição dos livros infantis no Brasil, a literatura para crianças, na Europa, compreende um acervo concreto que se amplifica pela reprodução de características comuns. Dentro deste cronograma, todavia respondendo a exigências pré-concebidas, surge a vertente brasileira do gênero, cuja história, característica e com seus próprios elementos, não destoando o roteiro geral (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 20).

2.1 No Brasil

Embora, no continente europeu, a literatura infantil já tivesse surgido no final do século XVII, no Brasil, ela aparece apenas no século XIX. Ao longo desse século, encontramos “registros de obras voltadas para crianças” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 21), ainda que sob a forma de textos traduzidos e/ou adaptados.

De acordo com Zilberman e Lajolo (2007, p. 21), a Imprensa Régia foi oficialmente implantada em 1808 e, a partir de então, tem início a publicação de livros em geral, inclusive os livros de literatura infantil. Naquele tempo, a ênfase eram textos traduzidos. Assim, é possível apontar alguns exemplares editados naquela época. São eles: a tradução de *Leitura para meninos*; o conjunto de obras de José Saturnino da Costa Pereira e *As aventuras pasmosas do Barão de Munkausen* em 1818. Silva (2009) ressalta que no Brasil, mesmo com a propagação do gênero a disseminação de livros infantis ainda era inconstante e deficiente, pois essa não trazia composições autorais, mas sim tentativas de traduções e adaptações de literatura portuguesa.

Contudo, é necessário lembrar que a literatura infantil brasileira desenvolveu-se, de acordo com Riche (1999, p.130), “na virada da modernidade para a pós-modernidade e vai refletir esteticamente esse sistema social complexo vivendo entre o pré-capitalismo de algumas regiões [...] e as grandes cidades”.

Hoje temos uma concepção da criança e seu universo como parte de um conceito desenvolvido do dialogismo, no sentido bakhtiniano do termo, entre textos que se produziram historicamente, isto é, criança na nossa sociedade e qual seu objetivo como parte dessa estrutura social, também a partir de um conceito histórico e dialético da fase de desenvolvimento do ser humano. Os estudos realizados até o momento mostram vários tipos de destinador, com maior ou menor aptidão no uso de linguagens. O leitor da chamada Literatura Infantil, pode ser classificando de acordo com Coelho (2000): pré-leitor, leitor iniciante, leitor em processo, leitor fluente e leitor crítico.

Mauad (1999) compreende que na literatura de caráter universal, predomina uma literatura de caráter moralista, propriamente dita do século XIX, voltadas para a infância e a adolescência: construtora de caráter, de moral identificável, boa índole, caracterizados como modelos de virtude, amor, padrões e parâmetros a serem seguidos pelas crianças e jovens.

Passando por todo esse percurso de transformações na literatura, em 1919, emerge a literatura infantil específica para o mundo rural, enaltecendo as histórias e a vida no campo. As práticas nacionalistas procuravam modificar a ideia central do gênero, e transformá-lo em um meio de leitura aprazível. Por intermédio destas situações que passaram a valorizar as histórias rurais, histórias folclóricas e temas pedagógicos como a História da Brasil. Do final do século XIX, até o surgimento das obras de Monteiro Lobato.

Monteiro Lobato foi o autor que trouxe as primeiras histórias da literatura infantil brasileira para crianças, histórias com qualidade literária. Anteriormente as leituras fornecidas para às crianças, era a literatura europeia clássica, tradicional, traduzida ou adaptada para o idioma brasileiro. O autor em 1921, publicou a obra intitulada *A menina do narizinho arrebitado*, contendo inúmeras ilustrações coloridas. O livro fez um grande sucesso com as crianças, devido a história se assemelhar a situações narrativas familiares e afetivas, todavia que penetrava pelo maravilhoso e pelo mágico. Com isso Lobato fez a união do real e do maravilhoso em uma única realidade (FRANTZ, 2011, p. 122),

No ano de 1926 os livros de Monteiro Lobato já estavam sendo comercializados no exterior, recebendo assim adaptações para outros idiomas. Isso mostra que “Lobato

conseguiu fixar o nacional em sua essência humana e universal. Durante anos, gerações de crianças, brasileiras ou não, moraram no *Sítio do Pica Pau Amarelo*” (COELHO, 1985, p. 186). Também, dos grandes nomes da literatura escolar no Brasil a ser citado e o escritor Olavo Bilac, que adicionou as suas obras o espírito nacionalista. Entre elas estão: *Contos Pátrios e Poesias Infantis* (1896); *Teatro Infantil* (1905) e *Através do Brasil* (1910).

Segundo a perspectiva de Lobato: [...] a ênfase, o embolado, o enfeite, o contorcido, o rebuscado, nada têm a ver com a arte de escrever, porque é artifício e o artifício é puro maneirismo que nada contribui para o fim supremo: a clara e fácil expressão da ideia. O tudo na arte do bem redigir é não empastar e sim fazer a coisa direta, sem sobreposições, sem superfetações. (PEREIRA, 2002, p. 67).

Com o surgimento de Monteiro Lobato e suas obras, na cena literária, se destaca então uma nova proposta inovadora: seguindo as concepções do autor, a criança passa a ter voz na literatura infanto-juvenil, ainda mesmo que advinda da boca de uma boneca de pano, *Emília*, adquirindo maior concretude com as ilustrações das personagens *do Sítio do Pica-Pau Amarelo* (GREGORIN, 2009, p. 28).

As questões que giravam englobavam a cultura afro-brasileira (simbólicas e signos) não eram retratadas na literatura infantil, devido infelizmente, a fatores de ordem social e cultural da época, devido à visão eurocêntrica, que devido à sua influência, gerava sempre em seus textos protagonistas brancos. Tal aspecto pode ser mostrado por meio do trabalho de Lobato e Santos (2012, p. 2), destacam que:

[...] as publicações destinadas ao público infantil apresentavam, e diversas ainda apresentam, em sua maioria, protagonistas brancos. Os personagens negros, principalmente na literatura infantil clássica, não faziam parte do imaginário infantil, pois estavam envoltos de uma —invisibilidade, causada pela ideologia do não sujeito, por isso, não apareciam nessas histórias e, quando surgiam, eram apresentados de forma depreciativa, inferior e estigmatizados. Dessa forma, era quase impossível encontrar negros assumindo posições heróicas na literatura infantil e fazendo parte de uma história de auto-afirmação de sua identidade, de seu território e de sua ancestralidade de matriz africana, como já é possível encontrar em algumas publicações recentes (LOBATO e SANTOS, 2012, p. 2).

As obras de produção literária infantil com representação da vida social brasileira mostravam-se um pouco mais comprometidas com a discussão dos temas antes considerados

impróprios. Com isso, foram lançadas, a partir de 1975, obras em que a cultura e os personagens são negros façam parte com mais frequência. A busca por esses resultados são esforços por alguns autores para trazer conceitos antes tratados como tabus e impróprios para crianças e adolescentes como, o preconceito racial (JOVINO, 2006, p. 187).

2.2 A Atualidade

Ao compararmos os primeiros textos produzidos para crianças no Brasil com as produções atuais, é evidente que aqueles apresentavam uma perspectiva individualista do ser humano, embasada em uma sociedade tradicional, com paradigmas que supervalorizavam o egocentrismo. Naqueles textos, os heróis eram vistos como modelos de virtude e, portanto, eram considerados como parâmetros a serem seguidos por todos. Seguindo essa concepção Coelho (2000, p. 20), a partir desses modelos da literatura para crianças e jovens os grandes heróis aventureiros eram considerados tipos corajosos, invencíveis, verdadeiros super-homens que hoje se transformaram e invadem as histórias em quadrinhos e filmes da TV.

Segundo Abramovich (2009), a literatura tem sido empregada como metodologia no processo ensino-aprendizagem por proporcionar a competência criativa, a imaginação, o humor, dentre outros aspectos. Entretanto, não podemos aprisioná-la apenas como ferramenta pedagógica, mas utilizá-la como caminho para despertar nos discentes o prazer pela leitura e a emancipação dos mesmos.

A partir daí ela pode pensar duvidar, se perguntar, se questionar... Pode se sentir inquietado, cutucada querendo saber mais e melhor ou percebendo que se pode mudar de opinião... E isso não sendo feito uma vez por ano... Mas fazendo parte da rotina escolar, sendo sistematizado, sempre presente – O que não significa trabalhar em cima dum esquema rígido e apenas repetitivo. (ABRAMOVICH, 1997, p. 106).

Assim o livro literário usado em sala de aula com a criança mostra um mundo completamente dinâmico, pleno, cheio de possibilidades, um lugar onde a realidade e fantasia se completam e complementam e associadas tem a capacidade de criar o que se deseja. O livro infantil não deve ser usado apenas como a intenção pedagógica ou didática, ele deve ser

usado em alguns momentos simplesmente para incentivar o hábito da leitura, por isso a literatura infantil traz essas possibilidades de aplicações.

3. A REPRESENTAÇÃO DO “DIFERENTE” NOS TEXTOS LITERÁRIOS INFANTIS

De acordo com as aplicações do PCNs a pluralidade e a diversidade cultural, nos textos literários, remetem ao reconhecimento de diferentes grupos sociais e etnias em textos literários, possibilitando conhecer um determinado país como o Brasil, que é um país extremamente complexo, devido à grande existência de diversidades culturais, distintos grupos sociais e etnias.

Ainda seguindo as recomendações do PCNs explicar a diversidade étnica, cultural e social que compõe a sociedade brasileira é algo que se pode ser aprendido em textos literários, principalmente se tratando da educação infantil, devido ao fato desses textos registrarem tais diversidades de forma respeitosa e sem qualquer discriminação trazendo um conhecimento de si mesmo e do próximo.

A diversidade dentro de uma instituição de ensino é extremamente visível, pois não existe apenas um grupo determinado dentro da mesma, portanto:

Levar em conta as diferentes representações culturais é fundamental para uma educação democrática, e a literatura é um instrumento privilegiado para canalizar a reflexão sobre as formas de significar o mundo e as relações que nele se estabelecem. Tomamos aqui o conceito de representação cultural de maneira ampla, como um conjunto de práticas que permite ao homem conhecer e dar sentido ao contexto onde se encontra inserido, levando em conta os aspectos religiosos, artísticos, científicos, tecnológicos. (CAIEL, OLIVEIRA, 2010, p.03).

O surgimento dessa temática dentro das escolas tem sido implantado com o decorrer dos anos, porém ainda não se vê nas mesmas a importância da pluralidade e diversidade em textos literários para a educação infantil. Portanto segundo o PCNs.

Propostas da Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio de suas agências, têm procurado trazer contribuições para que se desenvolva uma “Cultura da Paz”, no âmbito da escola, baseada em trabalhos sobre tolerância, conceito adotado pela ONU como marco referencial no processo de construção do entendimento, do respeito mútuo, da solidariedade. Essas iniciativas, contudo, são ainda incipientes e têm caráter apenas indicativo, pois apresentam-se como um apelo em prol do estabelecimento de novas

bases de convivência local, nacional, regional e mundial. Alguns países, com grande número de etnias, têm casos de escolas que desenvolvem trabalhos de conhecimento mútuo. Há um apelo da ONU para que se enviem novas propostas de trabalho neste campo, tal o nível incipiente em que educadores em geral ainda se encontram com relação à temática. (BRASIL, 1997, 23).

Mesmo com algumas dificuldades, tem tido um grande avanço da temática devido ao aumento de conscientização da sociedade, o que tem causado mudanças positivas no campo social, propondo novas estratégias que conduzam a objetivos voltados para o pleno exercício de direitos civis, sociais, culturais, gerais da população e específicos dos diferentes grupos.

O Brasil se caracteriza por sua pluralidade cultural, o qual é fruto de seu processo histórico, apresentando características regionais e locais, além da cultura política econômica e da diversidade existente. Tal composição que contem no Brasil define a sua identidade nacional, mesmo com toda a sua complexidade.

Nesse sentido, a discussão sobre as particularidades brasileiras e a definição do que é nacional em termos de espaço geográfico, unidade lingüística, herança cultural e étnica na formação histórica e a atual vinculação à oposição nacional / global permitiram a verificação de uma série de aspectos característicos de nossa brasilidade – alguns arrolados pelos alunos como positivos: cordialidade, otimismo, criatividade, capacidade de adaptação, índole pacífica, alegria; e outros, nem tanto: indolência, tolerância, sensibilidade extrema a influências episódicas, oportunismo, superficialidade. Mas todos importantes por contribuir para a reflexão de pertencimento a um grupo e a consciência de possível necessidade de mudança. (CUNHA, 2007/2008, p. 04).

Ao olhar para o estudo da pluralidade cultural percebe-se que este ensino é de caráter interdisciplinar, pois envolvem vários campos dos saberes como a história, a geografia, a sociologia, dentre outras disciplinas, portanto passar tal conhecimento por meio da literatura e de projetos é conscientizar as crianças em relação a diversidade existente na sociedade desde cedo.

Crianças e jovens querem saber sobre o mundo e seus significados, construindo o conceito das coisas que os rodeiam e de si mesmos e podem experimentar esses saberes através da leitura literária. Encontramos, nas narrativas analisadas, ludicidade e fantasia, elementos importantes para a formação do leitor; bem como a construção de um repertório em que as diferenças culturais estão presentes. (DEBUS, VASQUES, 2009, p.143).

Um dos principais campos da sociedade para ocorrer uma transformação social é a educação, pois ela é praticamente o segundo contato que o ser humano tem com o mundo exterior, além de ser a responsável por transmitir determinados conhecimentos e desconstruir valores que não contribuem para sociedade, o auxiliando a se tornar um civil melhor.

Paulo Freire afirma que assim como a realidade social é fruto da ação dos seres humanos, ou seja, não existe por acaso, a realidade opressora também não se transforma por acaso. Somente através da práxis autêntica, fruto da reflexão e ação do indivíduo no mundo, é possível se libertar de uma visão alienada e superar a contradição opressor-oprimido (FREIRE, 2014: p 51 apud. Oliveira, 2015, p. 05).

A diversidade está presente em qualquer sociedade, e também não é tampouco atual, porém só passou a ser vista a pouco tempo, pois muitas culturas e diversidades passaram a ser vistas, o que já tem mudado bastante muitos conceitos sociais.

Discutir a diversidade é poder enfrontar- se os aspectos mais cristalizados da cultura, isto é, pela própria situação heterogênea da palavra diversidade, se faz mister uma análise intestinal da cultura para que se possa ter um posicionamento crítico e político e um olhar mais ampliado que consiga abarcar os múltiplos recortes dentro de uma realidade culturalmente diversa. (CRUZ, 2015, p.71).

A literatura infantil abre novas janelas para o conhecimento, pois é uma forma diferente de passar o conhecimento de um modo divertido. Os textos literários vêm passando informações para as sociedades há milhares de anos, com mitos, histórias contos, portanto é um método interessante de passar para as crianças as diversidades que existem nesse mundo.

Propor atividades reflexivas após a leitura de um livro que abranja a pluralidade e a diversidade cultural, não é apenas para as crianças aprenderem a ler, escrever, ou mostrar o que ela entendeu através de desenhos, é mostrar que ela se encaixa na sociedade, além de que independente da diferença do próximo não se deve discriminá-lo e sim o incluir em seu meio social.

3.1 O cabelo de Lelê

O livro em questão é da autora Valéria Belém, que faz com que o leitor reflita sobre as representações de identidade da cultura afrodescendente, apresentadas na obra.

A história se trata de uma menina chamada Lelê que sente incomodada com o que vê no espelho. Sem saber o que fazer, ela puxa e estica os cabelos tentando entender de onde vieram tantos cachinhos. Depois de muito procurar, ela finalmente encontra um livro que responde a todas as suas perguntas. Um livro que mostra os diversos tipos de cabelos no continente africano. Cabelos de todos os tipos, penteados diversos, e enfeites lindos, cada um mais belo que o outro. Ela ama ver aquilo, e sai por aí, com os cabelos ao vento, brincando e exalando a sua felicidade. Ela percebe que seu cabelo é a sua marca, seu cabelo conta histórias, e além de tudo, vê a beleza que existe nele.

3.1.1 Proposta para atividade, em sala de aula, com o texto

Tendo como objetivo valorizar a cultura afrodescendente e apontar diferenças e semelhanças, o mediador inicia a aula lendo e apresentando o livro “O cabelo de Lelê”, explorando a capa do livro e perguntando qual a ideia que os alunos têm sobre o livro.

Em seguida, todos sentam em uma roda para a contação da história, e logo se inicia a atividade. O primeiro passo será o professor fazer as seguintes indagações à turma:

1. Como é o cabelo de Lelê?
2. Quais são as características principais de Lelê?
3. Na sala de aula existe algum colega que apresente tais características?

Na Aula de artes, o professor/mediador pede para as crianças se olharem no espelho o qual o mesmo levava para a escola, e em seguida dá uma folha A4 e pede para cada um se representar na folha. Após o término dos desenhos, será feito um mural com os mesmos e alguns cartazes sobre os diferentes tipos de cabelo.

O mediador irá explicar sobre as etnias que existem e ressaltar a importância da valorização das diferenças individuais e do respeito ao diferente. É papel do mediador

também interligar a história com outras disciplinas como ciências (que no ensino fundamental I envolve: ciências e história), para se trabalhar, por exemplo, em história a diversidade cultural do país, criando um conhecimento maior sobre a cultura brasileira.

3.2 Meu amigo Down, na escola

Esse texto faz parte de uma coleção que contém histórias narradas por um menino que não entende bem por que seu amigo com síndrome de Down enfrenta situações delicadas. São livros a favor da inclusão escritos pela autora Claudia Werneck.

A história é narrada por um garotinho que começa contando entusiasmadamente que há um aluno novo em sua sala de aula. Ele não sabe explicar o porquê, mas aquele coleguinha, ao mesmo tempo em que é diferente, é muito parecido com todas as outras crianças.

3.2.1 Proposta para atividade, em sala de aula, com o texto

Um livro muito importante para trabalhar a educação inclusiva em sala de aula e fazer com que o preconceito não interfira na vida social das crianças e estimular que elas repassem adiante essa ideia, ou desconstruir preconceitos com coleguinhas existentes na sala de aula.

O mediador trará o livro para a aula de ciências, para iniciar perguntando se todos da sala sabem o que é Síndrome de Down, e logo em seguida irá explicar para eles o que é, porque ocorre. Logo em seguida ele/ela contará a história “Meu amigo Down na escola”.

Após a história, perguntará se alguém conhece uma pessoa que tem essa síndrome e irá pedir para a turma se dividir em grupos e criar um teatrinho de sacos de papel e reescrever a história do modo deles.

Esse livro ele pode ser aproveitado, para trabalhar a interdisciplinaridade, pois quando fazemos o teatro estamos trabalhando arte. Para mostrar que não é só porque o

coleguinha e diferente ele não merece ser respeitado. Trazendo o conhecimento para que eles não tenham o terrível preconceito.

3.3 Rodrigo enxerga tudo

A obra, do autor Markiano Charan Filho, conta a história de Rodrigo, um menino que entra para uma nova escola e conhece André. Eles formam uma bela dupla. Embora cego Rodrigo tenha muitas formas de 'ver' o mundo. Ele pode ler e escrever em Braille e tem todos os seus outros sentidos aguçados para identificar e relacionar-se com as coisas e as pessoas. Mas, acima de tudo, apesar das dificuldades, ele conta com a própria coragem e também com a solidariedade dos colegas.

3.3.1 Proposta para atividade, em sala de aula, com o texto

A atividade é voltada para a exploração dos sentidos, o qual após apresentar o livro e ocorrer à leitura o mediador irá aplicar a atividade a seguir:

A princípio os materiais necessários serão um bolo, suco, pratos e copos de plástico e lenços para vendar todos os alunos participantes. O sabor do bolo e do suco deve ser mantido em segredo dos alunos até o início da atividade.

Os alunos irão formar uma roda o qual um colega sente atrás ou do lado. Será colocada uma música tranquila ou relaxante no ambiente para que os alunos se mantenham tranquilos.

Um colega irá vendar o outro. Com todos prontos e sentados, o bolo será cortado em fatias, servido nos pratos e o pondo na frente de cada aluno. E ocorrerá o mesmo com o suco, deixando copo um pouco mais à frente para que os alunos não corram o risco de derrubar enquanto realizam a atividade.

O mediador irá orientar para que as crianças se aproximem do alimento e mantenham o prato ao alcance das mãos. Pedirá que eles cheirem o que tem em cima do prato, que ponham os dedos e as mãos. Vai dando orientações e fazendo perguntas do tipo: Tem cheiro de quê? É gelado ou quente? Fofinho ou duro? É doce ou azedo?

Depois desse primeiro momento de experimentação, o educador orientará aos alunos que peguem o alimento e o prove. O mesmo deve ser feito com suco, explorando questões como sabor e temperatura.

Para finalizar será orientada a retirada das vendas e serão feitas perguntas como: o que acharam da atividade? Era isso mesmo o que esperavam? Qual sentimento vocês tiveram ao ter de manusear algo sem saber do que se trata? Sentiram-se inseguros ou vulneráveis? Como se sentiram com a ajuda e o encorajamento do adulto? Ajudou? Depois dessa reflexão, levar o tema das pessoas com deficiência visual e da necessidade que elas têm de ter pessoas em quem confiam para fazer as tarefas cotidianas e diárias.

Logo em seguida o professor pede uma pesquisa sobre as escolas que ensinam braille e onde estão essas escolas, se é difícil ter acesso a elas, se são públicas ou particulares e depois de toda pesquisa juntar todos os dados e apresentar para toda a escola.

Esse tema do livro também pode ser trabalhado em ciências, quando se aborda os sentidos, os alimentos também. Este tema é muito importante para o aluno conhecer a vida de uma pessoa que não enxerga, conhecer as dificuldades e saber que ele merece respeito e tem direitos iguais aos outros cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que as diversas transformações e conquistas sociais no que concerne a discussão e a aceitação das diferenças não se limitam aos programas de televisão, telejornais, campanhas publicitárias, discussões acadêmicas ou debates políticos. No Brasil, essa realidade é retratada em novelas, filmes, músicas, seriados televisivos e faz parte do cotidiano das pessoas. Mas, nas últimas duas décadas o mercado editorial também aderiu ao clamor por igualdade de tratamento e têm surgido produções literárias ricas em conteúdo que aborde a pluralidade e a diversidade culturais.

Apesar disso, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ainda são poucas as propostas para a abordagem adequada dessa temática. Particularmente no que se refere à exploração da literatura infantil em sala de aula, percebe-se um espaço vago a ser preenchido nas escolas. A causa mais provável para esse lapso é o desconhecimento por parte de professores da existência desse importante instrumento didático pedagógico, uma vez que ainda compreendem a literatura infantil como um conjunto de histórias e contos de fadas que tratam de questões mais amenas e menos difíceis de nossa realidade social.

Ainda subutilizada, a literatura infantil tem servido a propósitos bem menores que sua potencialidade. Na maioria das vezes, ela é compreendida como um instrumento capaz de melhorar a leitura e a escrita automática dos alunos, outras vezes como forma de manter o silêncio e a disciplina em sala de aula durante aulas de leitura “silenciosa”. Serve também como estímulo a atividades psicomotoras ou de expressão artística como desenho e teatro.

Apesar de válidas quase todas essas utilizações, este trabalho demonstrou que há outras formas importantes de se abordar o texto literário infantil e dentre elas, a abordagem das diferenças e da inclusão social por meio da literatura infantil não só são válidos como exequíveis.

Nesse sentido, nossa pesquisa aponta para a necessidade de se trabalhar, dentro das salas de aula, essa literatura de diversos modos, pois além de letrar o aluno e trazer o interesse pela leitura, a literatura infantil despertará nas crianças o respeito ao próximo e noções elementares de cidadania. Com isso, as crianças aprenderão a valorizar a diversidade existente em uma sociedade, diminuindo o pré-conceito e a discriminação.

Outro ponto relevante que podemos extrair desse estudo é o fato de que há muitos outros autores brasileiros tratando da questão e que merecem ser aplicados e incorporados ao cotidiano escolar. Essa ação trará frutos importantes e contribuirá para a formação integral dos alunos que se pretende conforme preceituam as diretrizes formativas, notadamente a Educação Literária defendida pela BNCC.

Assim, investir na abordagem dessa temática em sala de aula mostra-se extremamente necessário, dada sua atualidade e ao fato de que as crianças estão em constante contato com tal realidade e a literatura infantil ao retratar esse aspecto a mais da realidade será capaz de auxiliá-las no desenvolvimento de habilidades sociais necessárias o seu futuro convívio com as diferenças.

Entendeu-se, no estudo em questão, a relevância da abordagem da pluralidade e da diversidade cultural no emprego de conteúdos literários na Educação Infantil, pois tais obras abrem janelas para imaginação das crianças e transmitem valores positivos que contribuirão para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, evidencia-se a importância de propostas de ensino voltadas para a inclusão social dentro de instituições escolares, sendo a literatura infantil um instrumento precioso para esse objetivo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 5. ed. São Paulo. Scipione, 1997.
- ARENDT, J. C. Leitura, cultura e identidade. **Leitura em Revista**. Ijuí, V. 5, n. 10, p. 33-40, jul/dez., 2005.
- ARROYO, Leonardo, **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- AZEVEDO, F. F. **Literatura Infantil e Leitores**. Da Teoria às Práticas. 2. ed. Braga, Portugal: Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2014.
- AZEVEDO, Ricardo. Literatura infantil: origens, visões da infância e certos traços populares. Publicado in **Presença Pedagógica** - Belo Horizonte - Editora Dimensão - Nº 27 - mai/ jun 1999 e em Cadernos da Aplicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. 7. ed. São Paulo: Ática/UNESCO, 2000.
- BRASIL/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. 2. ed. rev. e a ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Primeiros Passos, 163).
- CAIEL, A.; OLIVEIRA, R. P. de. Literatura e diversidade cultural na escola. **Revista Nau Literária**. Porto Alegre. v. 6, n. 2, 2010, p. 1-10. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/20131/11690>>. Acesso em: 02 fev 2019.
- CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002
- COELHO, Nelly. Novaes. **A literatura infantil: história, teoria e análise**. São Paulo: Moderna, 2000.
- _____. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**. 3. ed. São Paulo: Quíron, p. 163-220, 1985.
- CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. Diversidade, literatura e ensino: o texto literário que a escola baiana esqueceu. **Revista fórum identidades** | issn: 1982-3916 Itabaiana: gepiadde, Ano 9, Volume 19 | set. – dez. de 2015

DEBUS, Eliane S. D.; VASQUES, Margarida Cristina. A linguagem literária e a pluralidade cultural: contribuições para uma reflexão étnico-racial na escola. In: **Conjectura: filosofia e educação.**/UCS, v. 7, n.1, Caxias do Sul, RS:Educs, 2009.

FILHO, J. N. G.; COSTA, P. K. P.; MICHELLI, R. S. (orgs.) – **A literatura Infantil e Juvenil hoje: Múltiplos olhares diversas leituras.** Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011.

FRANTZ, M. H. Z. **A literatura nas séries iniciais.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GREGORIN F. J. N. – **Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores.** 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In. SOUZA, Florentina e LIMA, Maria Nazaré (Org). **Literatura Afro-Brasileira.** Centro de Estudos Afro- Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa.; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira História e História.** 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007. (Fundamentos, 34)

KRAEMER, Maria Luiza. **Histórias infantis e o lúdico encantam as crianças:** atividades lúdicas baseadas em clássicos da literatura infantil. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Formação de professores).

LOBATO, Ladyana dos Santos; SANTOS, Ana Rosa Pereira dos. **Personagens Negros na Literatura Infantil:** Análise de O Menino Nito, de Sonia Rosa. Artigo. IV Fórum Internacional de Pedagogia. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176.

OLIVEIRA, Michele Prado de. **Educação e diversidade nos livros infantojuvenis no Ensino Fundamental I.** Trabalho de conclusão do curso de Pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura, do Centro de Estudos Latino-Americanos (Celacc) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). 2015. Disponível em: <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/educacao_e_diversidade_nos_livros_infantojuvenis_no_ensino_fundamental_i_michele_prado_0.pdf>. Acesso em: 18 out 2018.

PEREIRA, Rony Farto.; BENITES, Sonia Aparecida Lopes (Orgs.). **À roda da leitura:** língua e literatura no Jornal Proleitura. São Paulo: Cultura Acadêmica, Assis, ANEP, 2002.

RICHE, Rosa Maria Cuba. Literatura infanto-juvenil contemporânea: texto/contexto – caminhos. **Perspectiva,** Florianópolis, v.17, n.31, p. 127-139, jan./jun. 1999

SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Literatura infantil brasileira**: um guia para professores e promotores de leitura. 2. ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura Infantil na Escola**. 11. ed. São Paulo: Ed. Global, 1983. (Teses; 1).

_____. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.